



# Simulado Completo

# SEAD GO

**Analista de Gestão Governamental**  
**Licitações e Contratos**

**Pós-Edital**

# Simulado Especial

## Simulado SEAD GO – Cargo: Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos – Pós-Edital

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso SEAD GO;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Completo-SEAD-GO-06-03>**

- |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 76 – A B C D E  |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 77 – A B C D E  |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 78 – A B C D E  |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 79 – A B C D E  |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 80 – A B C D E  |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe Durval

**TEXTO I**

Distingo, no português histórico, dois períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. E como não ficou estacionário o português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Ignoram-se a data ou o momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística.

Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

(M. Said Ali. **Prólogo da Lexeologia do português histórico**, 1.<sup>a</sup> ed. 1921. Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8. Adaptado)

**01.** Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O autor define rigidamente dois períodos históricos para o português
- b) As inovações do português surgem por meio da linguagem literária.
- c) As classes sociais mais altas não são alcançadas pelas mudanças linguísticas.
- d) A modernização da língua origina-se na fala.
- e) A literatura é sempre conservadora, pois nunca se sujeita à linguagem popular.

**02.** O texto apresenta diversos trechos opinativos. Assinale a alternativa que apresenta uma opinião do autor.

- a) "Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572)" (1º parágrafo).

- b) "O século XVI, [...], graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem" (3º parágrafo).
- c) "Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo" (2º parágrafo).
- d) Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo (3º parágrafo)
- e) "Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também (2º parágrafo)"

**03.** O termo "sucumbe" (terceiro período do segundo parágrafo) está empregado no texto com o sentido de

- a) arquear-se
- b) expirar-se
- c) ceder
- d) esmorecer
- e) apagar-se

**04.** Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto: "Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII" (1º parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar

gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- a) Destino a denominação de português contemporâneo a mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII
- b) Reservo a denominação de português atual para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII
- c) Defendo a denominação de português moderno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII
- d) Defendo a denominação de português contemporâneo para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII
- e) Direciono a denominação de português moderno as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII

**05.** Depreende-se do trecho "A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente" exceto

- a) As inovações linguísticas podem ser estigmatizadas
- b) A escrita com desatenção pode reproduzir aspectos gramaticais da fala

- c) Em situações informais, a fala popular ganha mais espaço.
- d) A imitação da fala popular é uma forma de desprezo e preconceito.
- e) As classes economicamente dominantes resistem, em um primeiro momento, às inovações

06. No trecho "Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada", o sujeito da forma verbal destacada

- a) é simples ("a linguagem escrita")
- b) está posposto ("espelho fiel")
- c) está oculto
- d) está indeterminado
- e) é oracional

7. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era difícil ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.
- e) Deram ordem para que o relatório fosse entregue a mim.

8. Assinale a alternativa cuja frase apresenta linguagem com sentido figurado.

- a) A mãe repreendeu o filho **com serenidade**.

b) Na hora da prova, aquele grupo **saiu pela tangente**.

c) A **luz amarelada** dos postes iluminava as ruas vazias.

d) Todo profissional tem alguma **vaidade**.

e) Além dos jovens, os idosos também podem **se apaixonar**.

9. Considere o texto a seguir:

I - João tanto gosta de estudar quanto gosta de trabalhar

II - Choveu o dia inteiro e a temperatura não caiu.

As expressões em destaque em I e II expressam respectivamente

- a) adição e adição
- b) comparação e adição
- c) adição e oposição
- d) comparação e oposição
- e) comparação e concessão.

10. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses substitui corretamente a expressão.

- a) fechou a janela (fechou-na)
- b) preciso de apoio (preciso-lhe)
- c) lembraram o caso (lembraram-no)
- d) fazer um bolo (fazer-lo)
- e) buscar um tesouro (busca-o)

11. Em uma comunicação oficial de um Deputado Federal, o vocativo adequado ao Presidente da República e o advérbio adequado ao fecho da comunicação devem ser, respectivamente:

- a) Eminentíssimo Senhor / Atenciosamente
- b) Senhor / Respeitosamente
- c) Eminentíssimo Senhor / Respeitosamente

- d) Senhor / Atenciosamente
- e) Excelentíssimo Senhor / Respeitosamente

**12.** A respeito de documentos no padrão ofício, pode-se afirmar que

- a) O cabeçalho é utilizado em todas as página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- b) Os documentos oficiais devem ser identificados de maneira completa da seguinte maneira: nome do documento e indicação de numeração.
- c) O vocativo deve ser destacado em negrito e sinalizado com uma vírgula.
- d) O único fecho permitido em ofício é *respeitosamente*.
- e) No endereçamento a autoridades tratadas por Vossa Excelência no corpo do ofício, a forma será “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”.

**13.** Acerca das comunicações oficiais, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Portaria é o ato que dispõe essencialmente sobre assuntos administrativos de efeito concreto. Por meio dele, uma autoridade competente estabelece, por exemplo, instruções sobre aplicação de leis
- b) O Decreto é o ato de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- c) A Exposição de Motivos é instrumento da comunicação oficial utilizado para expressar a opinião fundamentada, técnica ou juridicamente, sobre determinado assunto
- d) Através de Despacho, é possível autorizar providências, ordenar a execução de serviços e aprovar pareceres.

- e) A Nota Técnica, no serviço público estadual, é um ato de correspondência em que o signatário, com atribuição de interpretar, avaliar e orientar, dirige-se a uma instância, via de regra, institucionalmente superior.

---

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,  
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E  
ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E  
DO BRASIL.**

---

Sérgio Henrique

- 14.** A respeito da história política de Goiás, assinale a alternativa que analisa corretamente os fatos ocorridos durante o período do Império e da República no Estado.
- a) A queda de Getúlio Vargas, em 1945, representou o fim do projeto populista de modernização do Brasil; com isso, também em Goiás, a queda de Pedro Ludovico Teixeira encerrou esse período. A retomada do poder pelas antigas oligarquias locais retomou os velhos projetos de desenvolvimento da agropecuária, agora renovados pelas ideias de modernização.
  - b) Durante a República Velha (1889-1930), as práticas do controle das eleições por meio de fraudes, favores pessoais, violência física e vigilância sobre o voto, que era aberto, foi uma constante atividade dos políticos conservadores no poder, cuja oposição encontrava força entre os coronéis, grandes proprietários de terras que ostentavam o antigo título da Guarda Nacional e se cercavam de jagunços para proteger os respectivos domínios.
  - c) A Revolução de 1930, liderada por Vargas, rompeu com o poder das oligarquias paulistas e mineiras que dominavam a política na República

Velha. Nessa perspectiva renovadora, Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor de Goiás com a incumbência de afastar as oligarquias locais do poder. O projeto modernizador dele culminou na mudança da capital e na implementação de um projeto de industrialização que resultou na formação de uma nova elite política e de uma forte classe trabalhadora em Goiás.

d) Diante das incertezas políticas que culminaram no processo de independência do Brasil em 1822, a capitania de Goiás viveu uma tentativa de deposição do governo em 1821 e a sua efetiva derrubada em abril de 1822. Esse movimento concorreu com o movimento separatista do Norte (Tocantins), entre 1821 e 1823, cujo desfecho se concluiu com a política descentralizadora da Constituição de 1824 e a manutenção da unidade do território goiano.

e) Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o estado de Goiás teve governadores eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa e acompanhou o projeto nacional de realização de grandes obras (como o estádio Serra Dourada e o Autódromo Internacional), o que resultou em uma grande atração de trabalhadores da construção civil e concorreu para manter o estado afastado da crise econômica que incorreu em queda de salários.

**15.** No domínio morfoclimático do cerrado, presente no estado de Goiás, encontram-se chapadões tropicais interiores com cerrados e florestas-galeria abrangendo grande parte da porção central do Brasil.

Em relação ao cerrado, assinale a alternativa correta:

a) Possui solos predominantemente ricos em calcário.

b) Algumas espécies vegetais desse bioma distinguem-se pelo xeromorfismo.

c) A mata de galeria desenvolve-se ao longo dos rios de médio e grande porte.

d) Tem como característica marcante a existência de quatro estações bem definidas, com chuvas distribuídas ao longo dos meses do ano.

e) No domínio do Cerrado, o clima predominante é o tropical árido.

**16.** Com uma população de quase 7 milhões de habitantes, o estado de Goiás é o mais populoso da região Centro-Oeste e, como princípio do seu povoamento, consta a chegada de bandeirantes e de migrantes que vieram de diversas partes da América Portuguesa. Alguns traços do povoamento inicial desse estado permaneceram e outros desenvolveram com o passar do tempo.

Considerando essas informações no que se refere ao processo de ocupação e desenvolvimento do território goiano, assinale a alternativa correta:

a) Na primeira metade do século 18, a prospecção mineral que havia animado a ocupação das Minas Gerais e gerado conflitos entre paulistas e reinóis expandiu-se para o Centro-Oeste, promovendo a rápida expulsão de índios do território goiano, que foi ocupado pelo colonizador português.

b) Juntamente com a economia mineradora, a pecuária, em escala menor, promoveu a ocupação do território goiano, seguindo os grandes rios e as proximidades das zonas de mineração. Enquanto no sudoeste goiano, a mineração e a pecuária desenvolveram-se a partir de Vila Boa de Goiás, no Norte, esse processo seguiu as proximidades das nascentes e do curso alto do rio Tocantins.

- c) Os caminhos que se desenvolveram no território goiano surgiram como percursos deixados pelas comunidades indígenas. Mais tarde, alargadas para o carro de boi, no século 19, e diversificadas com as ferrovias que surgiram ao sul, em princípios do século 20, a população goiana teve o crescimento incrementado pelas migrações dos estados vizinhos.
- d) A construção da nova capital, Goiânia, na década de 1930, representou uma nova perspectiva econômica e social para o estado de Goiás, contribuindo para o incremento das atividades agrícolas, comerciais e industriais, bem como avançado positivamente na integração de regiões distantes, no norte do estado.
- e) A construção de Goiânia trouxe uma nova dinâmica econômica e social para o estado de Goiás entre os anos de 1930 e 1950. Esse impulso foi incrementado a partir dos anos de 1960, com a decisão dos governos estaduais quanto à abertura de novas estradas que ligavam ao norte e ao sul importantes rotas para o desenvolvimento da agropecuária, o que conduziu a economia goiana à autossuficiência.

**17.** A construção da Estrada de Ferro Goiás foi um marco importante para a economia goiana e responsável pelo incremento das relações comerciais com o sudeste brasileiro. Acerca da referida estrada de ferro e da modernização da economia goiana, assinale a alternativa correta.

- a) A ferrovia adentrou o território goiano efetivamente em 1911, proveniente do triângulo mineiro. A partir da respectiva construção, houve um impulso da agropecuária regional mediante o aumento das exportações, bem como o fortalecimento da economia urbana nas áreas de influência da ferrovia.

- b) A Estrada de Ferro Goiás representou uma das iniciativas pioneiras de investimento do capital produtivo local para construção de infraestrutura de transporte sem a participação do Estado.
- c) A região norte de Goiás foi a que mais se beneficiou com a construção da ferrovia, tendo em vista a possibilidade de escoamento da produção agropecuária inicialmente para o triângulo mineiro.
- d) Ligando os municípios de Uberlândia (MG) e Goiânia (GO), a estrada de Ferro Goiás alcançou uma extensão de 480 km, totalizando 30 estações.
- e) Inaugurada posteriormente à transferência da capital para Goiânia em 1937, a ferrovia significou um incentivo à industrialização da região integrada de Goiânia e Anápolis.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

**18.** Assinale a situação abaixo na qual incide a responsabilidade civil objetiva prevista no texto constitucional:

- a) dano decorrente da atuação de empresa estatal que explora atividade econômica.
- b) prejuízo decorrente de omissão geral do poder público.
- c) dano causado por detento foragido do sistema penitenciário há 1 ano.
- d) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a um tribunal estadual, no exercício de suas funções.
- e) dano causado a particular por agente público atuando fora de suas atribuições.

**19.** É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de três cargos de professor.
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, observado o teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- c) a de um cargo de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, com outro técnico ou científico.
- d) a de dois cargos técnico ou científico.
- e) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, observado o teto remuneratório em cada um dos vínculos formalizados.

**20.** Considerando que determinado agente público no Estado de Goiás foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a exploração de atividade ilícita, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor

do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.

- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

**21.** No que se refere aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

22. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado de Goiás, assinale a característica correta:

- a) debruça-se indistintamente sobre aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
- e) geralmente é realizado *ex ante*.

23. No que se refere aos vícios dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- c) a incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- d) o desvio de finalidade é espécie do gênero abuso de poder.
- e) o vício de forma se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

24. A luz da Constituição do Estado de Goiás marque o opção INCORRETA:

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.
- b) O Governador e o Vice-Governador tomarão posse em sessão da Assembleia Legislativa, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição da República e a do Estado, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a integridade do Estado de Goiás.
- c) Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Chefia do Poder Executivo o Presidente da Assembleia Legislativa e o do Tribunal de Justiça.
- d) Ocorrendo a vacância nos últimos 2 anos do mandato governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei.
- e) O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado ou do País por mais de quinze dias, sob pena de perda do cargo.

25. Tanaka, Deputado Estadual, sempre morou com sua vó e quando criança gostava muito da natureza e por isso virou protetor da natureza e meio ambiente. Consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida em caráter concorrente com a União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Tanaka indica que:

- a) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.
- b) B.o Estado somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto a União não o fizer;
- c) C.a União somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto o Estado não o fizer;
- d) D.a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) E. a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria quando bem entender;

**26.** Rosi é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de vinte anos de serviço, será promovido na carreira.
- e) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.

**27.** Tanaca Xing Ling é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Rosevalda Consuelo, uma mexicana de personalidade forte. Quando Rosevalda Consuelo estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Digo, filho do casal, que não foi registrado no consulado

brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Digo veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Digo

- a) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

**28.** A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Carlos Henrique

**29.** Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00
- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

**30.** Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

- a) R\$ 12.862,00
- b) R\$ 12.750,00

- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 12.550,00
- e) R\$ 12.535,00

**31.** Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

**32.** Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.

d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.

e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

**33.** Se Juliana chegar brava em casa, então Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:

a) Juliana não chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.

b) Se Juliana não chega brava em casa, então Carlos não foge para o quarto e Bruno entra em casa.

c) Juliana chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.

d) Se Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa, então Juliana não chegou brava em casa.

e) Se Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa, então Juliana chegou brava em casa.

**34.** Em um torneio de xadrez, há 50 mulheres e 37 homens inscritos. As mulheres só jogam entre si e os homens também só jogam entre si. Em cada partida, o(a.) perdedor(a.) é eliminado(a.) do torneio. Não há empates. Ao final do torneio, tem-se uma campeã e um campeão.

Não havendo desistências, o número total de partidas para que sejam definidos o campeão e a campeã é:

a) 82;

b) 85;

c) 86;

d) 88;

e) 90.

**35.** Em uma cidade, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três bancos; X, Y e Z. Os resultados mostraram que:

210 pessoas gostam do banco X.

210 pessoas gostam do banco Y.

250 pessoas gostam do banco Z.

20 pessoas gostam dos três bancos.

100 pessoas não gostam de nenhum dos três bancos.

60 pessoas gostam dos bancos X e Y.

70 pessoas gostam dos bancos X e Z

50 pessoas gostam dos bancos Y e Z.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

a) 710

b) 570

c) 670

d) 630

e) 610

**36.** Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passeou de moto.

b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passeou de moto.

c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passeou de moto

d) em todos os domingos fez sol e Renata passeou de moto.

e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

**37.** Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são policiais. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são policiais.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor desse órgão e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser policial é igual a:

a)  $1/3$

b)  $2/5$

c)  $5/6$

d)  $7/8$

e)  $8/9$

**38.** Um campeonato de futebol é realizado com 10 times e cada time joga com cada um dos outros uma, e apenas uma, vez. A pontuação é a tradicional: em caso de vitória, o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor nada ganha e, em caso de empate, os dois times ganham 1 ponto cada. No fim do torneio, a soma das pontuações de todos os times deu 120. O número de jogos que terminaram empatados foi

a) 15.

b) 66.

c) 17.

d) 18.

e) 20.

**39.** Um órgão público possui 15 servidores: 2 atuam no setor X, 4 no setor Y e 9 no setor Z. O salário mensal de cada servidor do setor Z é igual a R\$ 4.000,00; o de cada servidor do setor Y, R\$ 7.000,00; e o salário mensal de cada empregado do setor X é igual a R\$ 10.000,00.

A partir dessas informações, julgue o item a seguir.

Se 6 servidores desse órgão são torcedores do Flamengo, então o salário médio dos torcedores do Flamengo que nele trabalham possuem os valores MÍNIMO e MÁXIMO de:

a) R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00

b) R\$ 2.000,00 e R\$ 6.000,00

c) R\$ 3.000,00 e R\$ 7.000,00

d) R\$ 4.000,00 e R\$ 8.000,00

e) R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00

40. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	Residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
	1	2	3	4	5

Número de moradores	4	7	3	8	3
---------------------	---	---	---	---	---

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

## ORÇAMENTO PÚBLICO

Vinicius Nascimento

41. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Nesse sentido, assinale a opção que indica o princípio orçamentário, segundo o qual delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de

tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

- a) da exclusividade
- b) da unidade
- c) da universalidade
- d) da anualidade
- e) do orçamento bruto

42. Na Lei Orçamentária Anual do Ente constou um artigo autorizando a contratação de operação de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Este caso constitui uma **exceção** ao descumprimento do princípio orçamentário da

- a) da exclusividade
- b) da não-vinculação da receita de impostos
- c) do orçamento bruto
- d) da universalidade
- e) da transparência

43. Os montantes arrecadados dentro do exercício financeiro, que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, porém em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido, constituem receita

- a) corrente líquida
- b) de serviços
- c) patrimonial
- d) industrial
- e) de capital

44. A Prefeitura de Teresina decide alugar uma edificação onde funcionava a Secretaria de Saúde, porém agora encontra-se desativada.

Nessa ocasião, o contrato é firmado com um particular para a instalação de um restaurante. Com base nas regras orçamentárias, a origem da receita do aluguel desse espaço será classificada como:

- a) de serviços
- b) patrimonial
- c) contribuições
- d) industrial
- e) taxas

**45.** A despesa pública é apresentada no orçamento sob diferentes critérios de classificação, com o objetivo de subsidiar o controle do processo orçamentário.

A classificação por Estrutura Programática da despesa pública:

- a) segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.
- b) É representada por cinco dígitos: os dois primeiros referem-se à função, enquanto que os três últimos dígitos representam a subfunção.
- c) Está estruturado em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- d) Reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- e) Compõe-se de cinco dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação do órgão e os demais à unidade orçamentária.

**46.** Assinale a opção que indica o estágio da despesa pública em que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- a) Liquidação
- b) Lançamento
- c) Empenho
- d) Pagamento
- e) Recolhimento

**47.** Com relação aos princípios que regem a atividade financeira e orçamentária do Estado, assinale a opção correta.

- a) Conforme o princípio da universalidade, obriga-se o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- b) O princípio da exclusividade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- c) O princípio da unidade delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- d) De acordo com o princípio do orçamento bruto, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) O princípio da não afetação da receita veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

**48.** A respeito de conceitos, espécies e natureza jurídica do orçamento público e de princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

I Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA)

II É considerado exemplo da aplicação do princípio da transparência determinação ao Governo de publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal.

III O princípio da não afetação de receitas veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa como, por exemplo, para realização de atividades da administração tributária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

49. À luz da CF, assinale a opção correta quanto às leis orçamentárias.

- a) A lei que instituir **a lei de diretrizes orçamentárias** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O Poder Executivo publicará, até **sessenta** dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação na Comissão mista.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a

metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

e) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

50. Relativamente à receita pública e seus conceitos, estágios e fontes, julgue os itens seguintes.

I O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

II O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

III A arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira. Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

51. Determinado Estado realizou licitação para prestação de serviço continuado de limpeza e conservação. O prazo inicial do contrato é de 12 meses e foi assinado no dia 01/08/2020. O valor total do contrato é de R\$ 72.000,00, sendo emitido empenho ordinário no valor do contrato. Diante desse fato:

- a) O tipo de empenho foi adequado, porém o valor está equivocado, uma vez que deveria ter sido emitido no valor referente ao exercício financeiro, ou seja, R\$ 30.000,00.
- b) O valor do empenho está correto, porém deveria ter sido emitido empenho global e não ordinário.
- c) Não cabe empenho estimativo para contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação.
- d) O tipo de empenho não foi adequado e o valor está equivocado, uma vez que deveria ter sido emitido no valor referente ao exercício financeiro, ou seja, R\$ 30.000,00
- e) Caso haja necessidade de reforço do empenho, esse somente deverá ser emitido após um ano da assinatura do contrato.

52. Determinado órgão público percebeu a necessidade de realizar determinada despesa prevista no orçamento, porém com dotação insuficiente. Diante desse fato, o gestor foi orientado a solicitar abertura de crédito suplementar, para isso, foram levantadas as seguintes informações pela contabilidade:

DESCRIÇÃO	EM REAIS
Arrecadação de receita de impostos	1.600,00
Despesa corrente empenhada	1.400,00
Despesa corrente liquidada	1.300,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	900,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	300,00
Abertura de Créditos extraordinários no exercício	100,00
Excesso de arrecadação apurado	250,00

Créditos adicionais reabertos	30,00
-------------------------------	-------

Pela análise dessas informações, é possível afirmar que o total do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior é de:

- a) 300,00  
b) 170,00  
c) 370,00  
d) 350,00  
e) 220,00

53. Princípios Orçamentários são premissas, linhas norteadoras a serem observadas na concepção e execução da lei orçamentária. Válidos para todos os entes e para todos os Poderes, visam a aumentar a consistência e estabilidade do sistema orçamentário.

As alternativas abaixo tratam desses princípios, à exceção de uma, assinale-a.

- a) No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado em dois aspectos: formal e material. A inobservância desses aspectos pode gerar responsabilidade do gestor, inclusive crime de responsabilidade.
- b) Apesar do princípio da anualidade, a lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, em razão do princípio da anualidade orçamentária.
- c) O princípio da especificação/especialização estabelece que as receitas e despesas devam ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos na Lei Orçamentária Anual.
- d) O princípio da exclusividade busca evitar as chamadas caudas orçamentárias.
- e) O princípio da programação busca integrar o planejamento e o orçamento através de programas finalísticos e de gestão.

54. Acerca da receita orçamentária, marque a alternativa correta.

- a) A multa de trânsito é classificada como receita corrente e originária.
- b) A receita de alienação de bens legalmente apreendidos é contabilizada como receita de capital.
- c) A receita de dívida ativa não é identificada pela categoria econômica ou origem, mas pelo tipo 3.
- d) Indenizações e ressarcimentos são classificados como receita corrente de serviços.
- e) Concessão de folha de pagamento é receita extraorçamentária

55. A despesa pública pode ser detalhada em programação qualitativa e quantitativa. Dentro da programação quantitativa temos a classificação

- a) Funcional
- b) Institucional
- c) Programática
- d) Categoria Econômica
- e) Por esfera

56. O ciclo orçamentário pode ser contemplado em 4 fases, mas também existe o chamado ciclo orçamentário ampliado. Nesse ciclo ampliado, a 4 fase é:

- a) elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo;
- b) apreciação, adequação e autorização legislativa
- c) proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo
- d) apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo
- e) avaliação da execução e julgamento das contas

57. Considerando o controle da execução orçamentária, a Lei 4.320/64 estabelece:

- a) O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos fatos de que resultem ou não a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- b) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas bimestrais de arrecadação atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.
- c) Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.
- d) O Poder Executivo exercerá o controle prévio e concomitante, cabendo ao se Tribunal de Contas ou órgão equivalente o controle posterior.
- e) Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em ato administrativo, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

---

**LC 123 PARTE EMPRESARIAL, EXCLUÍDO  
SIMPLES NACIONAL**

---

Cadu Carrilho

58. Referente aos atos de inscrição e baixa de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, disciplinados pela Lei Complementar nº 123/06, é correto afirmar:

a) Poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, excetuadas as informações relativas ao estado civil e regime de bens.

b) O agricultor familiar fica isento de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária, dispensada a identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica.

c) A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

d) A declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal não substitui a certidão de inexistência de condenação criminal.

e) A adoção de procedimentos simplificados, para fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, não abrange os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios.

**59.** Podem desfrutar do tratamento diferenciado da lei Complementar nº 123/06, a pessoa jurídica que:

a) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

b) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins

lucrativos, desde que a receita bruta global não ultrapasse o limite previsto em lei.

c) que participe do capital de outra pessoa jurídica.

d) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.

e) constituída sob a forma de sociedade por ações.

**60.** Considerando a Lei Complementar nº 123/06, é correto afirmar, acerca da Sociedade de Garantia Solidária e da Sociedade de Contragarantia:

a) A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes que sejam objeto de securitização.

b) O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento de taxa de remuneração pelo serviço prestado, dispensada a estipulação de cláusulas acerca das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

c) Aplicam-se à sociedade de garantia solidária as disposições da lei que rege as sociedades simples.

d) Para a concessão da garantia, é vedado à sociedade de garantia solidária exigir contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

e) A sociedade de garantia solidária e a sociedade de contragarantia integrarão o Sistema Financeiro Nacional e terão sua constituição, organização e funcionamento disciplinados pelo Ministério da Economia.

**61.** O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições:

a) quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de um ano, todos os benefícios previstos para o devedor, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.

b) sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como a cobrança do devedor das despesas de correio.

c) para o pagamento do título em cartório por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto não fica condicionada à efetiva liquidação do cheque.

d) sobre os emolumentos do tabelião não incidirão as despesas de condução e publicação de edital para realização da intimação.

e) o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, em todos os casos.

**62.** Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06, consideram-se:

a) empresa de pequeno porte a sociedade empresária que, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta inferior a R\$ 360.000,00.

b) empresa de pequeno porte a sociedade simples que, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta de R\$ 150.000,00.

c) microempresa a sociedade simples que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta de R\$ 630.000,00.

d) microempresa a sociedade empresária que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta de R\$ 160.000,00.

e) microempresa a sociedade simples que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta de R\$ 500.000,00.

**63.** Analise a afirmativa correta, considerando o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/06).

a) A Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, vinculadas à reciprocidade social, dispensada a previsão orçamentária do montante disponível.

b) O Poder Executivo federal proporá, sempre que necessário, medidas no sentido de melhorar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte aos mercados de crédito e de

capitais, abstendo-se de interferir ou incentivar o ambiente concorrencial.

c) O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

d) Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

e) No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte será proporcional ao número de meses em que a empresa houver exercido atividade, desconsiderando-se as frações de meses.

**64.** O tratamento diferenciado dispensado pela Lei Complementar nº 123/06 estabelece que:

a) Os fundos garantidores de risco de crédito empresarial que possuam participação da União na composição do seu capital atenderão, sempre que possível, as operações de crédito que envolvam microempresas e empresas de pequeno porte.

b) Os bancos públicos e privados poderão contabilizar, para cumprimento de metas, empréstimos realizados a pessoas físicas, ainda que sócios de empresas, como disponibilização

de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte.

c) Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, desde que afirmem, em cada ano-calendário, receita bruta nos limites previstos em lei, somente a sociedade empresária, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil.

d) Para incentivar as atividades de inovação e os investimentos produtivos, a sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá admitir o aporte de capital, o qual integrará o capital social da empresa.

e) As finalidades de fomento a inovação e investimentos produtivos deverão constar do contrato de participação, com vigência não superior a cinco anos.

**65.** O Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06, é correto afirmar:

a) São desobrigadas da realização de reuniões e assembleias em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa de metade do capital social.

b) Os empresários e as sociedades ficam dispensados da publicação de qualquer ato societário.

c) São permitidas cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de

crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte.

d) A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores, desde que apuradas em processo judicial.

e) O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento extingue os contratos por elas anteriormente firmados.

**66.** O investidor-anjo de que trata a Lei Complementar nº 123/06:

a) não será considerado sócio nem terá qualquer direito a gerência ou a voto na administração da empresa, resguardada a possibilidade de participação nas deliberações em caráter estritamente consultivo, conforme pactuação contratual.

b) não responde pelas dívidas da empresa, exceto em recuperação judicial.

c) será remunerado por seus aportes, nos termos do contrato de participação, pelo prazo máximo de 10 anos.

d) pode realizar o resgate depois de decorridos, no mínimo, um ano do aporte de capital, ou

prazo superior estabelecido no contrato de participação.

e) poderá examinar, a qualquer momento, os livros, os documentos e o estado do caixa e da carteira da sociedade, vedada disposição contratual determinando época própria.

**67.** Sobre a sociedade de garantia solidária (SGS) de que trata a Lei Complementar nº 123/06 é incorreto afirmar:

a) É constituída sob a forma de sociedade por ações, para a concessão de garantia a seus sócios participantes.

b) Podem ser admitidos como sócios participantes os pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, salvo as pessoas jurídicas constituídas por esses associados.

c) Aplicam-se à sociedade de garantia solidária as disposições da lei que rege as sociedades por ações.

d) É livre a negociação, entre sócios participantes, de suas ações na respectiva sociedade de garantia solidária, respeitada a participação máxima que cada sócio pode atingir.

e) Terão seus atos arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

**68.** Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123 de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a pessoa jurídica:

- a) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- b) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos três anos-calendário anteriores.
- c) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- d) constituída sob a forma de cooperativas de consumo.
- e) que exerça atividade de financiamento e investimento ou de crédito imobiliário.

**69.** Assinale a alternativa que dispõe corretamente acerca do processo de abertura, registro, alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte de que trata a Lei Complementar nº 123/2006:

- a) O processo de alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte deverão ter trâmite especial e simplificado, exclusivamente eletrônico.
- b) Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos três âmbitos de governo, no âmbito de suas atribuições, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada,

que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas.

- c) A classificação de grau de risco médio permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável.
- d) Os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório para todas as microempresas e empresas de pequeno porte, o que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.
- e) Na ocorrência de fraude no registro do Microempreendedor Individual - MEI feito por terceiros, o pedido de baixa deve ser feito por meio exclusivamente eletrônico, sem efeitos retroativos à data de registro.

**70.** A Sociedade de Propósito Específico (SPE), é formada pelas ME e EPPs com a finalidade de realizar negócios de compra e venda de bens e serviços para mercado nacional e internacional. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 acerca das Sociedades de Propósito Específico, assinale a alternativa correta:

- a) Exportará bens a ela destinados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, mesmo que dela não façam parte.
- b) Não poderá ser constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

- c) A aquisição de bens destinados à exportação por ela adquiridos gera direito a créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
- d) A microempresa ou a empresa de pequeno porte poderá participar simultaneamente de até duas sociedades de propósito específico.
- e) Não integrarão a Sociedade de Propósito Específico as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Antônio Daud

- 71.** Segundo prevê a Lei 17.928/2012, a concessão de uso de bens públicos imóveis em favor de organizações sociais para a execução da atividade de relevância pública, mediante cláusula expressa do contrato de gestão:
- a) depende de licitação na modalidade leilão.
  - b) requer licitação na modalidade concorrência.
  - c) independe de licitação.
  - d) não é admitida, dada a afetação inerente aos bens de direito público.
  - e) depende de lei autorizativa da assembleia legislativa estadual.
- 72.** O titular de um órgão administrativo poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos
- a) desde que sejam hierarquicamente subordinados ao delegante.
  - b) em razão de circunstâncias de ordem técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

- c) em qualquer situação.
- d) ainda que se refira à decisão de recursos administrativos.
- e) desde que seja em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.

**73.** Considerando o regramento previsto na Lei estadual 13.800/2001, considera-se impedido de atuar em processo administrativo o servidor:

- a) que tenha amizade íntima com algum dos interessados no processo.
- b) que possua interesse indireto na matéria discutida no processo.
- c) que tenha inimizade notória com algum dos interessados no processo.
- d) cujo parente de 4º grau tenha atuado como perito naquele mesmo processo.
- e) que não possua amizade íntima ou inimizade notória com o interessado no processo.

**74.** Consoante previsto na Lei 8.666/1993, a licitação é dispensada na seguinte situação:

- a) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação.
- c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

e) dação em pagamento de bens imóveis, quando houver autorização legislativa, avaliação prévia e interesse público devidamente justificado.

**75.** Trata-se de modalidade licitatória marcada por menor objetividade, que deve ser utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico:

- a) concorrência.
- b) consulta.
- c) concurso.
- d) convite.
- e) leilão.

**76.** Tomando por base as regras constantes da Lei 8.666/1993, é correto afirmar que as compras, sempre que possível, devem:

- a) buscar preços semelhantes aos do setor privado.
- b) balizar-se pelas condições de aquisição e pagamento da Administração Pública.
- c) ser processadas através do sistema de requisição de preços públicos.
- d) atender ao princípio da diversificação.
- e) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, buscando-se aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.

**77.** Quanto à aplicação de sanções, pelo poder público, em razão da inexecução total ou parcial dos contratos administrativos, assinale a alternativa que está de acordo com as regras da Lei 8.666/1993:

- a) é possível a aplicação cumulativa das sanções de advertência e suspensão temporária para licitar, em razão do mesmo fato.

b) é possível a aplicação cumulativa das sanções de multa e suspensão temporária para licitar, em razão do mesmo fato.

c) é possível a aplicação cumulativa das sanções de advertência e declaração de inidoneidade, em razão do mesmo fato.

d) a aplicação da sanção de advertência, diferentemente das demais, não requer a concessão de contraditório e ampla defesa.

e) a suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração não deve ter prazo inferior a 2 anos.

**78.** Considerando o regramento contido na Lei 8.666/1993, poderá ser exigida, a critério da autoridade competente, garantia de execução contratual

- a) a qual será liberada ou restituída antes do início da execução do contrato.
- b) cuja modalidade será escolhida pela autoridade competente em matéria de licitação e contratos.
- c) cuja substituição não pode se dar mediante alteração unilateral.
- d) apenas nos contratos de obras públicas.
- e) desde que não exceda a quinze por cento do valor do contrato.

**79.** Assinale, à luz do disposto na Lei 17.928/2012, uma alternativa que NÃO apresenta traço característico do convênio:

- a) igualdade jurídica dos partícipes.
- b) não persecução da lucratividade.
- c) possibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, na forma prevista no ajuste.
- d) diversificação da cooperação oferecida por cada partícipe.

e) impossibilidade de fixação de metas a serem alcançadas pelo partícipe.

**80.** Considerando que determinado tribunal brasileiro pretenda realizar pregão destinado à aquisição e renovação de sua frota de veículos, pode-se concluir que, em tal certame, não é vedada:

- a) exigência de garantia de proposta que respeite o limite de 1% do valor estimado da contratação.
- b) exigência de garantia de execução contratual em até 5% do valor da contratação.
- c) exigência da aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- d) exigência do pagamento de taxas e emolumentos não relacionados ao fornecimento do edital.
- e) a inclusão de especificações excessivas, capazes de limitar a competição.

**81.** Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao *bis in idem*.

**82.** De acordo com a “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021, em regra o contratado NÃO terá direito à extinção do contrato na hipótese de:

- a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a três meses.
- b) supressão, por parte da Administração, de obras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido em Lei, de 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- c) repetidas suspensões que totalizem noventa dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
- d) atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração.
- e) atraso superior a noventa dias, apenas, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração.

**83.** Em relação à duração dos contratos administrativos, à luz da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de serviço continuado, inclusive quanto à operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência sem investimento.
- c) É vedado, em caráter absoluto, o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de fornecimentos contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.

e) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência nunca poderá ser prorrogado.

**84.** Quanto à contratação direta na nova lei de licitações, é INCORRETO afirmar que:

- a) exige-se instauração de processo administrativo capaz de justificar a contratação direta.
- b) pode ensejar a responsabilidade solidária do agente público por dano causado ao erário, no caso de contratação indevida ocorrida com erro grosseiro.
- c) as situações de licitação dispensada facultam ao gestor público a realização de contratação direta.
- d) é exemplificativo o rol de hipóteses de licitação inexigível do art. 74 da Lei 14.133/2021.
- e) é taxativo o rol de hipóteses de licitação dispensável do art. 75 da Lei 14.133/2021.

**85.** É hipótese de inexigibilidade de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) locação de bem móvel.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de publicidade.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) no caso de guerra.
- e) no caso de calamidade pública.

**86.** É hipótese de dispensa de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.

c) construção de estabelecimentos penais.

d) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$108.040,82.

e) contratação de artista consagrado.

**87.** Quanto aos recursos no rito procedimental comum da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) seguem os mesmos preceitos contidos na Lei 8.666/1993.
- b) são apreciados em fase única.
- c) o acolhimento implicará invalidação de todo o processo licitatório.
- d) o exercício do direito de recorrer pode ocorrer a qualquer tempo até a declaração do licitante vencedor.
- e) são cabíveis em quaisquer fases do procedimento licitatório.

**88.** As licitações regidas pela Lei 14.133/2021 serão realizadas

- a) obrigatoriamente pela forma eletrônica.
- b) preferencialmente pela forma eletrônica.
- c) preferencialmente pela forma presencial.
- d) pela forma eletrônica no caso de superarem o valor de R\$ 10 milhões.
- e) pela forma eletrônica desde que superem o valor de R\$ 200 milhões.

## CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Emerson Bruno

**89.** De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Chefia do Poder Executivo:

- a) o Presidente do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa.
- b) o Presidente da Assembleia Legislativa e o do Tribunal de Justiça.
- c) o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Comandante-Geral da Polícia Militar.
- d) o Presidente da Assembleia Legislativa, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e o do Tribunal de Justiça.
- e) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Prefeito de Goiania.

**90.** Conforme a Constituição do Estado de Goiás, ocorrendo a vacância dos cargos de Governador e Vice governador no terceiro ano do período governamental, a eleição para ambos os cargos:

- a) será feita sessenta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei.
- b) far-se-á a eleição direta noventa dias depois de aberta a última vaga, para completar o período dos antecessores.

- c) não ocorrerá, sendo sucessivamente chamados o Presidente da Assembleia e o do Tribunal de Justiça para exercer o cargo de Governador.
- d) será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei.
- e) far-se-á a eleição direta sessenta dias depois de aberta a última vaga, para completar o período dos antecessores.

**91.** Sobre o Poder Executivo na Constituição do Estado, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.
- b) Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- c) O Governador e o Vice-Governador tomarão posse em sessão da Assembleia Legislativa, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição da República e a do Estado, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a integridade do Estado de Goiás.
- d) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador não tiver assumido o cargo, salvo por motivo de força maior, esse será declarado vago.
- e) O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado ou do País por mais de quinze dias, sob pena de perda do cargo.

**92.** De acordo com a Constituição do Estado, NÃO compete privativamente ao Governador do Estado.

- a) prestar à Assembleia as contas anuais relativas à receita e à despesa públicas, até noventa dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) elaborar leis delegadas.
- c) decretar e executar a intervenção estadual em Municípios, nos casos e na forma desta Constituição.
- d) nomear o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral de Contas, dentre os indicados em lista tríplice, na forma da lei.
- e) dispor mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

**93.** De acordo com a Constituição do Estado, complete a lacuna abaixo com a maioria correta. "Admitida a acusação contra o Governador, \_\_\_\_\_ da Assembleia Legislativa, será ele submetido a julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça nas infrações penais comuns e pela Assembleia Legislativa por crimes de responsabilidade.

- a) pela maioria absoluta.
- b) por três quintos.
- c) por dois terços.
- d) por maioria simples.
- e) por maioria relativa.

**94.** Conforme a Constituição do Estado de Goiás, NÃO são objetivos fundamentais do Estado de Goiás:

- a) contribuir para uma sociedade livre, justa, produtiva e solidária.
- b) promover o bem comum, sem qualquer forma de discriminação quanto à origem, raça, sexo, cor, idade ou crença.
- c) promover o desenvolvimento econômico e social, erradicando a pobreza e a marginalização.
- d) reduzir as desigualdades regionais e as diferenças de renda.
- e) O Estado de Goiás buscará a integração econômica, política, social e cultural com o Distrito Federal e com os Estados integrantes do Centro-Oeste e de toda a Amazônia Legal.

**95.** Conforme disposto na Constituição do Estado de Goiás, são bens do Estado, EXCETO:

- a) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- b) as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- c) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, as decorrentes de obras da União.
- d) os rios que banhem mais de um Município.
- e) os rios Araguaia e Tocantins em razão de sua importância econômica para o Estado.

**96.** Sobre a Assembleia Legislativa na Constituição do Estado de Goiás, é CORRETO afirmar que a

ALEGO reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado:

- a) de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- b) de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
- c) de 01 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- d) de 02 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 17 de dezembro.
- e) de 10 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

**97.** De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, o processo legislativo NÃO compreende a elaboração de:

- a) emendas à Constituição;
- b) medidas provisórias;
- c) decretos legislativos;
- d) resoluções;
- e) leis complementares.

**98.** Conforme previsto na Constituição do Estado, os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de:

- a) dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- b) trinta anos e no exercício dos direitos políticos.
- c) vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

d) trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

e) vinte e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

**99.** Conforme previsto na Constituição do Estado de Goiás, NÃO integra o Poder Judiciário Estadual:

- a) o Tribunal de Justiça Militar.
- b) a Justiça de Paz.
- c) os Conselhos de Justiça Militar.
- d) o Conselho Estadual de Justiça.
- e) os Juízes de Direito.

**100.** De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, são princípios explícitos da Administração Pública Estadual.

- a) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
- b) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, bem como a razoabilidade, a proporcionalidade e a motivação.
- c) tão somente a legalidade, a impessoalidade e a eficiência.
- d) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência são princípios explícitos, sendo a razoabilidade, a proporcionalidade e a motivação implícitos.
- e) apenas a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade.

## Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-Completo-SEAD-GO-06-03>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>